



Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Analista Judiciário – Área Judiciária(Pós-Edital)

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Nº do Caderno

Nº do Documento

ASSINATURA DO CANDIDATO

2º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer anotação.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever, na Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501276464M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

TRT 15ª Região

CARGO:

Analista Judiciário

ÁREA:

Judiciária

MODELO/BANCA:

FCC – Fundação Carlos Chagas

EDITAL:

(Pós-Edital)

DATA DE APLICAÇÃO:

02/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

02/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 15ª REGIÃO – 2º SIMULADO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL) – 2501276464M

QUESTÕES BÁSICAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Fidelis Almeida

Atenção: para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

- 1 Liberdade não apenas significa que o indivíduo tem a oportunidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de escolher; também significa que deve arcar com as consequências de suas ações, pelas quais será louvado ou criticado. Liberdade e responsabilidade são inseparáveis. Uma sociedade livre não será viável nem poderá sustentar-se se seus membros não considerarem justo que cada indivíduo ocupe a posição conquistada por sua iniciativa e não a aceitem como resultado desta. Embora possa
- 5 oferecer apenas oportunidades ao indivíduo e o resultado da atividade deste dependa de inúmeras contingências, uma sociedade livre leva o indivíduo a concentrar seus esforços nas circunstâncias que ele pode controlar, como se somente estas condicionassem o êxito de suas ações. Como o indivíduo terá a oportunidade de utilizar condições que somente ele conhece e como, na grande maioria dos casos, ninguém mais poderá julgar se ele explorou essas condições da melhor maneira possível, presume-se que elas determinam o resultado de suas ações a não ser que o contrário seja óbvio.
- 10 Essa crença na responsabilidade individual, que sempre predominou quando se acreditava na liberdade individual, reduziu-se acentuadamente com o declínio do apreço pela liberdade. Responsabilidade tornou-se um conceito impopular, uma palavra que escritores ou oradores experientes evitam por causa da óbvia indiferença ou da animosidade com que é recebida por uma geração que repele tudo que seja moralizante. Frequentemente essa palavra suscita aberta hostilidade daqueles aos quais a educação ensinou que sua posição na vida ou suas próprias ações foram determinadas por circunstâncias que eles não controlam. Essa negação
- 15 da responsabilidade se deve, contudo, em geral, ao medo da responsabilidade, que necessariamente se torna também medo da liberdade. É inegável que, se isto ocorre, é porque a oportunidade de construir a própria vida também é uma tarefa incessante, uma disciplina que o ser humano deve impor a si próprio, se pretende alcançar seus objetivos.

HAYEK, Friedrich A. **Os fundamentos da liberdade**. Supervisão e introdução de Henry Maksoud. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983. (com adaptações)

1. O texto apresenta a relação entre liberdade e responsabilidade como essencial para a manutenção de uma sociedade livre ao destacar
- (A) a necessidade de que os indivíduos sejam julgados pelo aproveitamento das condições únicas que somente eles podem explorar.
 - (B) a ideia de que a posição de cada indivíduo em uma sociedade livre é determinada exclusivamente por sua iniciativa pessoal, sem a influência de contingências externas.
 - (C) o papel da responsabilidade individual como condição para que a liberdade se mantenha viável em uma sociedade justa e igualitária.
 - (D) a relevância de uma educação moralizante para evitar a rejeição da responsabilidade em contextos de liberdade individual.
 - (E) a exigência de que as circunstâncias incontroláveis sejam minimizadas em uma sociedade que valorize a liberdade e a responsabilidade.
2. No contexto apresentado, o significado de um trecho do texto é corretamente expresso em:
- (A) *deve arcar com as consequências de suas ações* (1º parágrafo) = deve assumir as repercussões de suas decisões.
 - (B) *dependa de inúmeras contingências* (1º parágrafo) = esteja condicionado a circunstâncias incontroláveis.
 - (C) *presume-se que elas determinam o resultado de suas ações* (1º parágrafo) = especula-se que elas influenciem diretamente os desfechos de suas iniciativas.
 - (D) *ou da animosidade com que é recebida* (2º parágrafo) = ou da desconfiança com que é encarada.
 - (E) *suscita aberta hostilidade* (2º parágrafo) = gera aversão explícita.
3. *presume-se que elas determinam o resultado de suas ações a não ser que o contrário seja óbvio.* (1º parágrafo)
- Com os devidos ajustes necessários, é lícito substituir o termo destacado, sem prejuízo ao sentido do texto, por
- (A) mesmo que.
 - (B) contanto que.
 - (C) assim que.
 - (D) a menos que
 - (E) desde que.

4. Analise as afirmativas abaixo sobre o uso dos sinais de pontuação no texto:

- I. No primeiro período do primeiro parágrafo, com os devidos ajustes, o ponto e vírgula pode ser substituído pelo ponto, haja vista que separa segmentos sintaticamente independentes.
- II. No quarto período do primeiro parágrafo, é facultativo o emprego da vírgula imediatamente após “contingências”.
- III. No segundo período do segundo parágrafo, a vírgula empregada logo após “impopular” justifica-se por separar apostro explicativo.
- IV. No quarto período do segundo parágrafo, as duas primeiras vírgulas são obrigatoriamente empregadas para isolar conjunção adversativa intercalada.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III.

Atenção: para responder às questões de números 5 e 6, considere o texto abaixo.

- 1 Até os tempos modernos, a maioria das culturas acreditava que os humanos desempenham um papel em algum grande plano cósmico. O plano foi concebido pelos deuses onipotentes, ou pelas eternas leis da natureza, e o gênero humano não podia mudá-lo. O plano cósmico dava significado à vida humana, mas também restringia o poder humano. Os humanos assemelhavam-se muito a atores num palco. O roteiro emprestava significado a cada palavra, cada lágrima e cada gesto – porém restringia e limitava seu desempenho.

- 5 Em troca de abrir mão do poder, os humanos pré-modernos acreditavam que suas vidas ganhavam significado. Realmente importava se eles se portavam com bravura no campo de batalha, se apoiavam o rei legítimo, se consumiam alimentos proibidos no jejum ou se tinham um caso com a vizinha. Isso suscitava alguns inconvenientes, mas dava aos humanos proteção psicológica contra desastres. Se algo terrível acontecia – como guerra, peste ou seca –, as pessoas se consolavam dizendo: “Todos nós desempenhamos um papel em algum grande drama cósmico, concebido pelos deuses, ou pelas leis da natureza. Não estamos a par do roteiro, no entanto podemos estar seguros de que tudo acontece com algum propósito. Mesmo as terríveis guerra, peste e seca fazem parte do esquema maior. Além disso, podemos contar com o dramaturgo de que sua história terá um final feliz. Assim, até a guerra, a peste e a seca vão resultar no que é melhor – se não aqui e agora, então no pós-vida”.

- 15 A cultura moderna rejeita a crença num grande plano cósmico. Não somos atores em qualquer drama maior do que a vida. A vida não tem roteiro, nem dramaturgo, nem diretor, nem produtor – tampouco significado. Até onde chega nosso melhor entendimento científico, o Universo é um processo cego e sem propósito, repleto de som e de fúria, mas sem significado algum. Ao longo de nossa estada infinitesimalmente breve no minúsculo cisco que é nosso planeta, nós nos pavoneamos e agitamos durante uma hora no palco e, depois, nada mais se ouve.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**: uma breve história do amanhã. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2016. (com adaptações)

5. No texto, ao afirmar que as culturas pré-modernas acreditavam que os humanos desempenham um papel em algum grande plano cósmico, o autor faz-nos entender que
- (A) a ideia de que o gênero humano tinha um papel específico em um drama cósmico derivava da necessidade de justificar os sofrimentos humanos como punições divinas.
 - (B) o significado atribuído à vida humana nas culturas pré-modernas estava mais relacionado à obediência às leis divinas do que ao livre exercício da vontade humana.
 - (C) os indivíduos nas culturas pré-modernas se viam como agentes autônomos, capazes de alterar o curso dos eventos mesmo dentro de um plano predefinido.
 - (D) o propósito maior atribuído à vida humana pelas culturas pré-modernas era um mecanismo de controle, impedindo que os indivíduos questionassem as ordens sociais estabelecidas.
 - (E) a crença em um plano maior garantia aos humanos a certeza de que suas ações tinham um propósito, mesmo quando envolviam sacrifícios ou renúncias pessoais.
6. O autor emprega a figura de linguagem denominada metonímia no seguinte trecho:
- (A) *Realmente importava se eles se portavam com bravura no campo de batalha* (2º parágrafo)
 - (B) *se consumiam alimentos proibidos no jejum* (2º parágrafo)
 - (C) *tudo acontece com algum propósito* (2º parágrafo)
 - (D) *Assim, até a guerra, a peste e a seca vão resultar no que é melhor* (2º parágrafo)
 - (E) *A cultura moderna rejeita a crença num grande plano cósmico*. (3º parágrafo)

7. Estão corretamente grafadas todas as palavras em:

- (A) pára / infra-vermelho
- (B) pelo / metereologia
- (C) geleia / hiper-atividade
- (D) saúde / anti-roubo
- (E) feiura / micro-ondas

8. Observa-se o emprego da norma-padrão de concordância verbal na redação da seguinte frase:

- (A) Três semanas são um curto período para pensar os mistérios da existência humana e suas infinitas nuances.
- (B) Devem fazer muitos anos que se embrenhou nas trilhas profundas dos pensamentos sobre a essência do ser.
- (C) Carlos ou Pedro serão o palestrante que apresentarão as ideias centrais sobre os enigmas da alma e o propósito da vida.
- (D) A maioria do corpo docente endossaram a ampliação das aulas dedicadas às reflexões sobre o significado da jornada humana.
- (E) Serenidade e equilíbrio é o alicerce indispensável para mergulhar nas profundezas do autoconhecimento.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Diego Ribeiro

9. Um analista precisa distribuir 240 processos entre três juízes na razão de 1:3:4. A quantidade de processos que o juiz que tem a maior carga receberá é:

- (A) 48.
- (B) 60.
- (C) 80.
- (D) 100.
- (E) 120.

10. O gráfico abaixo apresenta a distribuição de processos em um tribunal nos últimos 4 meses:

Mês	Criminal	Cível	Trabalhista
Janeiro	120	100	80
Fevereiro	140	110	90
Março	130	105	85
Abril	125	120	95

A porcentagem de processos criminais em relação ao total de processos no mês de janeiro é:

- (A) 30%.
- (B) 35%.
- (C) 40%.
- (D) 45%.
- (E) 50%.

11. Um analista avalia cinco relatórios com pesos diferentes:

- Relatório 1: 8 (peso 2).
- Relatório 2: 7 (peso 3).
- Relatório 3: 9 (peso 4).
- Relatório 4: 6 (peso 1).
- Relatório 5: 10 (peso 2).

A média ponderada das notas dos relatórios é:

- (A) 7,5.
- (B) 7,75.
- (C) 8,25.
- (D) 8,0.
- (E) 7,6.

12. Um analista recebe um desconto de 20% em um livro que custa R\$ 150,00. Após o desconto, o preço do livro sofre um acréscimo de 10%. O preço final é:
- (A) R\$ 120,00.
 - (B) R\$ 135,00.
 - (C) R\$ 132,00.
 - (D) R\$ 126,00.
 - (E) R\$ 140,00.
13. Cinco analistas (Ana, Bruno, Clara, Daniel e Eduardo) estão sentados em uma mesa circular durante uma reunião. Sabe-se que:
1. Ana está exatamente entre Bruno e Clara.
 2. Daniel está ao lado de Eduardo.
 3. Clara está diretamente à esquerda de Eduardo.
- Com base nessas informações, à direita de Bruno está:
- (A) Ana.
 - (B) Clara.
 - (C) Daniel.
 - (D) Eduardo.
 - (E) José.
14. Durante um julgamento, três testemunhas (X, Y e Z) fizeram as seguintes declarações:
- Testemunha X: "Se Y está dizendo a verdade, então Z está mentindo."
 - Testemunha Y: "X está mentindo ou Z está dizendo a verdade."
 - Testemunha Z: "Eu estou dizendo a verdade, e X também."
- Sabendo que apenas uma testemunha está dizendo a verdade, a testemunha verdadeira é:
- (A) testemunha x.
 - (B) testemunha y.
 - (C) testemunha z.
 - (D) nenhuma das três.
 - (E) não é possível determinar.
15. A tabela abaixo apresenta o número de processos resolvidos por 4 juízes (A, B, C e D) ao longo de uma semana:
- A mediana do total semanal de processos resolvidos por esses juízes é:
- (A) 70.
 - (B) 75.
 - (C) 76.
 - (D) 80.
 - (E) 84.

NOÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Rafael de Oliveira**

16. Assinale a alternativa incorreta referente à Lei n. 13.146/2015.

- (A) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.
- (B) Na impossibilidade de permanência do acompanhante ou do atendente pessoal junto à pessoa com deficiência, cabe ao profissional de saúde responsável pelo tratamento justificá-la por escrito.
- (C) Na ocorrência da impossibilidade prevista no § 1º deste artigo, o órgão ou a instituição de saúde deve adotar as providências cabíveis para suprir a ausência do acompanhante ou do atendente pessoal.
- (D) São vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.
- (E) É proibido à pessoa com deficiência o acesso aos serviços de saúde, tanto públicos como privados, e às informações prestadas e recebidas, por meio de recursos de tecnologia assistiva e de todas as formas de comunicação previstas no inciso V do art. 3º desta Lei.

17. Assinale a alternativa correta referente à Lei n. 7.853/1989.

- I. Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.
 - II. Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.
 - III. As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.
- (A) Somente o item I está correto.
 - (B) Somente o item II está correto.
 - (C) Somente os itens I e II estão corretos.
 - (D) Nenhum está correto.
 - (E) Todos estão corretos.

18. Assinale a alternativa incorreta referente à Lei n. 7.853/1989.

- (A) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- (B) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- (C) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.
- (D) O Ministério Público não intervirá nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.
- (E) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 (dez) dias úteis.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**Glauber Marinho**

19. Considerando o Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, são princípios e valores fundamentais a serem observados pelos servidores da Casa, exceto
- (A) a eficiência e a efetividade – realizar ações com qualidade e eficiência.
 - (B) a ética – agir com honestidade, integridade e imparcialidade.
 - (C) estabelecer interlocução livre com colegas e superiores.
 - (D) a inovação.
 - (E) a responsabilidade social e ambiental.
20. O Código de Ética do TRT 15 prevê a existência de uma Comissão de Ética no Tribunal. A respeito dessa Comissão, assinale a alternativa correta.
- (A) a Comissão tem por objetivo implementar e gerir o Código.
 - (B) os(as) integrantes da Comissão exercerão mandato de dois anos, sem previsão de recondução.
 - (C) quando o assunto a ser analisado envolver parentes ascendentes, descendentes ou colaterais até o quarto grau de integrante titular da Comissão de Ética, este(a) ficará impedido(a) de participar do processo, assumindo automaticamente o respectivo suplente.
 - (D) em regra, integrantes da Comissão desempenharão suas atividades no colegiado de maneira integral e exclusiva.
 - (E) há previsibilidade, conforme o Código, de remuneração a integrantes da Comissão.

REGIMENTO INTERNO DO TRT 15ª REGIÃO**Sérgio Gaúcho**

21. Dois desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Prenda e Xirú, são irmãos e pretendem atuar na mesma Câmara. Considerando o disposto no Regimento Interno do TRT-15, é correto afirmar que:
- (A) a designação é permitida, pois o Regimento Interno não trata de impedimentos entre irmãos em órgãos colegiados do Tribunal.
 - (B) a designação é permitida, desde que Prenda e Xirú não participem do julgamento dos mesmos processos na Câmara.
 - (C) a designação é vedada, pois parentes consanguíneos em linha colateral, até o terceiro grau, não podem ter assento na mesma Câmara.
 - (D) a designação é vedada apenas se Prenda e Xirú forem cônjuges ou companheiros(as).
 - (E) a designação é permitida, mas sujeita à aprovação do Órgão Especial do Tribunal.
22. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, compete a 1ª e 2ª Seções Especializadas em Dissídios Individuais – SDI processar e julgar originariamente:
- (A) mandado de segurança em matéria administrativa contra atos dos(as) juízes(as) de primeiro grau e de seus(suas) servidores(as).
 - (B) revisão de tese firmada nos incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas.
 - (C) dissídios coletivos e estender ou rever as sentenças normativas.
 - (D) *habeas corpus* contra ato de magistrado(a) de primeiro.
 - (E) recursos ordinários.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Wesley Rodrigues**

23. A departamentalização é um critério utilizado para estruturar organizações públicas e privadas. Considerando os tipos de estrutura organizacional, a departamentalização funcional é caracterizada por:
- (A) a centralização das decisões em uma única pessoa, sendo utilizada principalmente em pequenas organizações.
 - (B) a criação de departamentos com base em funções específicas, como marketing, finanças e produção.
 - (C) a divisão de atividades com base em produtos ou serviços oferecidos pela organização.
 - (D) a organização de atividades com base em localização geográfica.
 - (E) a adoção de equipes autônomas que trabalham de forma horizontal, sem hierarquias definidas.
24. Com relação à gestão por competências na administração pública, é correto afirmar que:
- (A) é voltada exclusivamente para a avaliação do desempenho individual dos servidores públicos.
 - (B) busca identificar e desenvolver as competências necessárias para a execução das estratégias organizacionais.
 - (C) está restrita às competências técnicas e ignora os aspectos comportamentais.
 - (D) é uma metodologia que substitui integralmente os modelos tradicionais de gestão de pessoas.
 - (E) não pode ser aplicada na administração pública devido à rigidez dos processos burocráticos.
25. O Decreto n. 9.094/2017 estabelece diretrizes para a simplificação e racionalização dos serviços prestados aos usuários da administração pública. Uma das medidas previstas no decreto é:
- (A) a eliminação de todos os documentos comprobatórios em processos administrativos.
 - (B) a vedação de exigência de informações que já constem em bancos de dados oficiais da administração pública.
 - (C) a terceirização obrigatória de serviços administrativos para otimizar os recursos públicos.
 - (D) a exclusão da obrigatoriedade de transparência em serviços administrativos.
 - (E) a criação de estruturas de controle mais rígidas para a concessão de serviços públicos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**Leonardo Vasconcelos**

26. No sistema operacional Windows 11, para ajustar corretamente o formato de data exibido no sistema, o usuário deve acessar:
- (A) a opção "Data e Hora" no Painel de Controle, onde é possível modificar diretamente o formato de exibição da data e da hora.
 - (B) a seção "Relógio e Região" em Painel de Controle, é possível encontrar a opção "Região" onde é possível alterar o formato de data e hora para diferentes padrões regionais disponíveis.
 - (C) o aplicativo "Configurações de Relógio" da Microsoft Store, que permite configurar os formatos personalizados de data e hora.
 - (D) a ferramenta "Editor de Registros", onde o usuário pode editar manualmente as chaves responsáveis pelo formato de exibição da data.
 - (E) o utilitário "Prompt de Comando" com o comando **dateformat**, que permite alterar os formatos de data no sistema operacional.
27. Em relação ao compartilhamento de pastas no Google Drive do Google Workspace, considere as seguintes afirmativas:
- Para configurar corretamente a permissão de uma pasta compartilhada, o usuário deve:
- (A) acessar a opção "Compartilhar" e definir se a pasta será pública na web, permitindo o acesso irrestrito a qualquer pessoa com o link.
 - (B) usar a opção "Compartilhar", escolher os destinatários e definir se eles terão permissão para Leitor, Comentador ou Editor do conteúdo da pasta.
 - (C) selecionar a pasta e utilizar a opção "Mover para", o que automaticamente define o nível de permissão como "Editor" para os destinatários.
 - (D) enviar a pasta por e-mail como anexo, garantindo que os destinatários recebam automaticamente a permissão de "Visualizador".
 - (E) usar a funcionalidade "Gerenciar permissões de edição" para atribuir permissões de download e edição separadamente.
28. Em relação às teclas de atalho utilizadas nos navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox, assinale a alternativa correta.
- (A) A combinação de teclas **Ctrl + H** exibe o histórico de downloads realizados pelo navegador.
 - (B) A combinação de teclas **Ctrl + T** abre uma nova janela no navegador.
 - (C) A combinação de teclas **Ctrl + Shift + T** reabre a última aba fechada.
 - (D) A combinação de teclas **Ctrl + W** minimiza a janela ativa do navegador.
 - (E) A combinação de teclas **Alt + D** fecha todas as abas abertas no navegador.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Weslei Machado**

29. Durante uma operação noturna, a polícia recebe uma denúncia anônima de que, em uma residência no centro da cidade, ocorre a distribuição de substâncias ilícitas. Ao chegar ao local, os policiais percebem movimentação suspeita e barulhos que sugerem a presença de várias pessoas no interior da casa. Sem possuir mandado judicial, os policiais decidem entrar na residência.

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a inviolabilidade de domicílio e as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) a entrada dos policiais na residência é ilegal, pois todas as operações em domicílios devem ser previamente autorizadas por mandado judicial, independentemente do horário ou suspeita.
- (B) a ação dos policiais é justificável se a entrada forçada ocorrer durante o dia, mas é considerada ilegal durante o período noturno, mesmo em situação de flagrante delito.
- (C) a entrada forçada sem mandado judicial é permitida apenas se houver consentimento explícito do morador, mesmo em casos de flagrante delito.
- (D) os policiais agiram legalmente, pois a situação descrita sugere um flagrante delito, e a entrada sem mandado é permitida em casos de crime permanente, desde que justificada a posteriori.
- (E) os policiais precisam aguardar a expedição de um mandado judicial, a menos que haja risco iminente de vida dentro da residência, o que não foi indicado na situação descrita.

30. Uma grande empresa do setor automotivo, em resposta a uma crise econômica severa, anuncia o plano de demitir cerca de 30% de seu quadro de funcionários. A empresa notifica o sindicato dos trabalhadores, solicitando uma reunião para discutir o processo, mas não busca a aprovação ou o consentimento do sindicato para proceder com as demissões. Os representantes sindicais comparecem à reunião, apresentam propostas alternativas e solicitam a suspensão do plano para uma análise mais detalhada, mas a empresa decide prosseguir com as demissões conforme planejado.

Com base nas disposições da Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) A empresa agiu legalmente, pois a Constituição Federal assegura o direito de dispensa livremente, sem necessidade de negociação ou intervenção sindical.
- (B) A demissão em massa realizada pela empresa é ilegal, pois deveria ter sido precedida por autorização expressa do sindicato, conforme determina a Constituição Federal.
- (C) A empresa não cumpriu com as obrigações legais, pois a Constituição exige que toda demissão em massa seja previamente aprovada em convenção ou acordo coletivo.
- (D) A intervenção do sindicato é uma exigência para a demissão em massa, e a empresa cumpriu essa exigência ao notificar e discutir com o sindicato, mesmo que não tenha alterado seu plano inicial.
- (E) A empresa necessita de uma ordem judicial para proceder com a demissão em massa, conforme a legislação trabalhista brasileira e a Constituição Federal.

31. Em um órgão público federal, foi aprovada uma lei que ajusta o valor do auxílio-alimentação dos servidores públicos, visando corrigir defasagens acumuladas ao longo dos últimos cinco anos devido à inflação. Um grupo de servidores, no entanto, argumenta que o ajuste ainda não reflete a inflação real do período e solicita ao Poder Judiciário uma revisão desses valores para igualar ao reajuste concedido a outro grupo de servidores federais em situação semelhante.

Com base nas disposições da Constituição Federal sobre a revisão geral anual e o princípio da reserva legal, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) O Poder Judiciário pode determinar o aumento do auxílio-alimentação com base na isonomia entre servidores de carreiras distintas, desde que comprovada a defasagem inflacionária.
- (B) A revisão do auxílio-alimentação não precisa seguir o princípio da revisão geral anual, pois se trata de uma verba de caráter indenizatório.
- (C) O Poder Judiciário não tem competência para alterar o valor do auxílio-alimentação baseando-se no princípio da isonomia, pois isso configuraria usurpação da função legislativa.
- (D) É dever do Poder Judiciário garantir a revisão do auxílio-alimentação sempre que a inflação oficial do período não for completamente compensada pelas leis de reajuste salarial.
- (E) A lei que ajusta o auxílio-alimentação pode ser aplicada de forma diferenciada entre carreiras, desde que haja justificativa plausível para a distinção.

32. No Tribunal de Justiça do Estado X, devido ao aumento no número de desembargadores para trinta, propõe-se a constituição de um Órgão Especial. A presidência do tribunal elabora uma proposta que prevê a formação de um Órgão Especial com quinze membros. Segundo a proposta, dez vagas seriam preenchidas por antiguidade e cinco por eleição. A proposta gerou debates sobre sua constitucionalidade e adequação às disposições da Constituição Federal.

Com base no Art. 93, XI, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a constitucionalidade da proposta:

- (A) A proposta é constitucional, pois respeita o mínimo de membros e a proporção de preenchimento das vagas conforme exigido pela Constituição.
- (B) A proposta é inconstitucional, pois deveria prever o preenchimento de metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição, sem discrepância numérica entre os grupos.
- (C) A proposta é inconstitucional, pois o Órgão Especial deve ser composto por no mínimo vinte e cinco membros, dado o total de desembargadores no tribunal.
- (D) A proposta é constitucional, mas apenas se as vagas por eleição não ultrapassarem um terço do total dos membros do Órgão Especial.
- (E) A proposta é inconstitucional, pois todos os membros do Órgão Especial devem ser eleitos pelo tribunal pleno, sem distinção entre antiguidade e eleição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rafael de Oliveira

33. Assinale a alternativa que indica corretamente as fontes do direito administrativo.

- (A) Lei, jurisprudência, princípios gerais de direito, doutrina e costumes.
- (B) Lei, costumes, analogia, jurisprudência e princípios constitucionais.
- (C) Lei, doutrina, jurisprudência, princípios gerais e convenções internacionais.
- (D) Constituição, tratados internacionais, jurisprudência, analogia e equidade.
- (E) Apenas as leis e os princípios constitucionais.

34. O princípio da publicidade na administração pública:

- (A) garante que todos os atos administrativos sejam publicados na imprensa oficial.
- (B) visa assegurar a transparência dos atos administrativos, permitindo acesso à informação pública, salvo em casos de sigilo previstos em lei.
- (C) é um princípio exclusivo do Poder Executivo, com foco na comunicação com os cidadãos.
- (D) determina que todos os atos administrativos sejam divulgados em redes sociais.
- (E) impede a administração pública de decretar sigilo sobre qualquer informação.

35. Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- (A) É a competência exclusiva do Poder Judiciário para limitar o exercício de direitos individuais em favor do interesse público.
- (B) É uma atividade discricionária e vinculada que se aplica apenas ao exercício de atividades econômicas.
- (C) Trata-se de prerrogativa exclusiva das forças policiais para controle da segurança pública.
- (D) Refere-se à atividade administrativa que restringe ou condiciona direitos individuais em prol da coletividade, fundamentada no interesse público.
- (E) Deve ser obrigatoriamente exercido de forma vinculada, sem margem de discricionariedade.

36. Os elementos do ato administrativo incluem:

- (A) competência, objeto, finalidade, eficiência e discricionariedade.
- (B) finalidade, motivo, forma, eficiência e mérito administrativo.
- (C) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (D) legalidade, discricionariedade, finalidade, forma e mérito.
- (E) finalidade, eficiência, motivo, objeto e conteúdo.

DIREITO DO TRABALHO**Maria Rafaela**

37. Mariano presta serviços diários, remunerados e subordinado a uma Associação Beneficente que trata de pessoas com deficiência na sua cidade. Sua CTPS nunca foi assinada e ele trabalha há 5 anos ininterruptos, sem direito às férias e ao 13º salário, recebendo como salário o mínimo nacionalmente unificado. Ele procurou um advogado para que explicasse qual a natureza de sua relação jurídica, tendo em vista que a potencial empregadora não tem fins lucrativos e o pagamento do seu salário ocorre mediante as doações que a aludida associação recebe. O advogado corretamente, com base na CLT, deve fornecer a seguinte orientação:
- (A) Considera-se empregador apenas a empresa coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
 - (B) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
 - (C) Equiparam-se ao empregador, para todos os efeitos além da caracterização da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
 - (D) Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
 - (E) Haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
38. Frida, Juliana, Richard, Fábio e Jailson são sócios da empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA. Jailson é sócio majoritário com 50% das ações. Frida e Juliana, após desentendimentos societários, resolveram sair da sociedade, sendo que somente a sócia Juliana fez a averbação de sua saída da empresa. Rafaela é empregada da empresa e acionou judicialmente diante de constantes atrasos no FGTS e nos recolhimentos previdenciários. Nesse caso, em relação à responsabilidade trabalhista da empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA e dos sócios, assinale a correta.
- (A) Juliana e Frida responderão solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.
 - (B) Juliana responderá subsidiariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato, porém, Frida de forma solidária.
 - (C) Frida responderá subsidiariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato, porém, Juliana de forma solidária.
 - (D) Juliana responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até um ano depois de averbada a modificação do contrato.
 - (E) Os bens de Jailson terão preferência sobre os bens da sociedade VALE TUDO NO BRASIL LTDA, por ele ser sócio majoritário.
39. O prazo prescricional para o ajuizamento de demandas relacionadas aos recolhimentos atrasados ou inexistentes de FGTS é de:
- (A) seis meses.
 - (B) um ano.
 - (C) dois anos.
 - (D) três anos.
 - (E) cinco anos.
40. No que tange à prescrição trabalhista, entende-se como INCORRETO:
- (A) a pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em quatro anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (B) a pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, em relação às anotações da CTPS do trabalhador que não foram feitas pelo empregador.
 - (C) tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial, mesmo quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
 - (D) ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de cinco anos.
 - (E) admite-se a declaração de prescrição intercorrente de ofício.

41. Sobre a relação de emprego prevista na CLT, considera-se INCORRETO aduzir:
- (A) a Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.
 - (B) o empregador terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico.
 - (C) o empregador que mantiver empregado não registrado ficará sujeito a multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência, não se aplicando esse valor para o caso de EPP e ME.
 - (D) comprovando-se falsidade, quer nas declarações para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social, quer nas respectivas anotações, o fato será levado ao conhecimento da autoridade que houver emitido a carteira, para fins de direito.
 - (E) a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**Maria Rafaela**

42. Mariano ajuíza demanda contra seu empregador no uso do *jus postulandi*, pois não tem condições econômicas de contratar advogado e também porque possui algum conhecimento jurídico, optando pela averbação de ação trabalhista nessa modalidade junto à Justiça do Trabalho. Conforme o TST, não poderia Mariano fazer uso do *jus postulandi* na seguinte hipótese:
- (A) pode participar de audiência de instrução.
 - (B) pode pedir prova pericial.
 - (C) pode interpor o RO se a sentença lhe for desfavorável total ou parcialmente.
 - (D) pode trazer testemunhas para a audiência.
 - (E) pode ajuizar a ação rescisória em caso de comprovada corrupção do juiz que o prejudicou em sentença.
43. Rafaela trabalhou durante 4 anos na empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA e seu FGTS não foi recolhido e nem concedidas as férias. Ela procurou um advogado que verificou que Rafaela, apesar de empregada da empresa, prestou serviços em favor do município de Fortaleza diante de um contrato administrativo em que a empresa prestava mão de obra para hospitais do município, pretendendo incluir o ente federado no polo passivo da demanda. O valor da causa é de 20 salários – mínimos corrigidos hoje. Nesse caso:
- (A) o rito a ser adotado é o sumário.
 - (B) o rito a ser adotado é o ordinário
 - (C) o rito a ser adotado é o sumaríssimo
 - (D) o rito a ser adotado pode ser ordinário ou sumaríssimo, a critério do número de testemunhas
 - (E) o rito a ser adotado pode ser ordinário ou sumaríssimo, a critério do interesse de Rafaela exclusivamente.
44. Rafaela trabalhou durante 4 anos na empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA e seu FGTS não foi recolhido e nem concedidas as férias. Ela procurou um advogado que verificou estar a empresa em local incerto e não sabido, sem qualquer notícia, inclusive do paradeiro dos sócios e, assim, necessário se torna a citação por edital. O valor da causa é de 20 salários – mínimos corrigidos hoje. Sendo assim:
- (A) o rito a ser adotado é o sumário.
 - (B) o rito a ser adotado é o ordinário.
 - (C) o rito a ser adotado é o sumaríssimo.
 - (D) o rito a ser adotado pode ser ordinário ou sumaríssimo, se, pelo menos, o endereço de um dos sócios seja possível de identificação.
 - (E) o rito a ser adotado pode ser ordinário ou sumaríssimo, a critério do interesse de Rafaela exclusivamente pela rapidez da demanda.

45. Rafaela é empregada da empresa VALE TUDO NO BRASIL LTDA e ambos não possuem mais interesse em prosseguir na relação laboral e, para fins de evitar ajuizamento de ações futuras, o departamento jurídico da empresa sugeriu o acordo extrajudicial, aceito por Rafaela que, inclusive, concorda com os valores especificados. Aliás, o acordo trabalhista extrajudicial ocorre quando empregador e empregado chegam a um consenso fora da esfera judicial. Embora seja realizada de maneira direta, sem a necessidade de intervenção de um juiz, sua validade pode ser reforçada ao ser homologada pela Justiça do Trabalho. Acerca dessa modalidade prevista na CLT, é incorreto:
- (A) terá petição inicial, assinada por Rafaela e seu advogado.
 - (B) devem ter advogados diferentes.
 - (C) faculta-se à Rafaela ser assistida pelo advogado do sindicato de sua categoria.
 - (D) no prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.
 - (E) a petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
46. Quanto ao recurso de revista em rito ordinário, considera-se correto, conforme expresso na CLT:
- (A) cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) o recurso de revista possui efeito suspensivo.
 - (C) das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da CF/88 e de súmulas vinculantes do STF.
 - (D) a divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, mesmo que ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) não existe previsão de recurso de revista por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à CF/88 nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

DIREITO CIVIL
Carlos Elias

47. Sobre o direito real de uso, é correto afirmar:
- (A) o usuário poderá usar a coisa e perceber seus frutos de maneira ampla e ilimitada.
 - (B) trata-se de modalidade de direito real sobre coisa própria.
 - (C) é um instituto destinado ao uso da coisa e à percepção de seus frutos na medida das necessidades do usuário e de sua família.
 - (D) não poderão ser aplicadas a esse instituto as disposições referentes ao direito real de usufruto.
 - (E) o usuário poderá alienar o seu direito real de uso.
48. De acordo com o Código Civil, as organizações religiosas:
- (A) são pessoas jurídicas de direito privado.
 - (B) são pessoas jurídicas de direito público.
 - (C) depende de autorização do Poder Público para que possam ser instituídas.
 - (D) o prazo para anular a constituição de uma organização religiosa, por defeito no ato respectivo, é de 5 anos, contados da publicação da sua inscrição no registro.
 - (E) é livre a criação, a organização e a estruturação interna das organizações religiosas, podendo o Estado interferir no seu funcionamento nos casos em que o demande o interesse público.
49. No que tange aos contratos de mandato, é correto afirmar:
- (A) outorgado o mandato por instrumento público, não poderá ser substabelecido por instrumento particular.
 - (B) é necessário que a aceitação do mandato se dê de forma expressa e escrita.
 - (C) o mandato em termos gerais confere ao mandatário poderes para alienar e hipotecar em nome do mandante.
 - (D) somente os absolutamente capazes são aptos a outorgar mandato.
 - (E) o mandatário que exceder os poderes do mandato, ou proceder contra eles, será considerado mero gestor de negócios, enquanto o mandante lhe não ratificar os atos.

50. Viviane e Joana celebraram negócio jurídico, cuja eficácia está sujeita a termo inicial, em desfavor de Joana. Sobre a situação narrada, é correto afirmar:
- (A) Joana não terá adquirido o direito enquanto não advir o termo.
 - (B) a existência do termo inicial não impede o exercício do direito de Joana.
 - (C) o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
 - (D) considera-se termo a cláusula que subordina os efeitos do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
 - (E) Nada seria alterado na eficácia do contrato caso o termo acordado fosse final, e não inicial.
51. Rafael, adolescente de 15 anos, sem que ninguém soubesse, pegou a chave do carro do seu pai e levou sua namorada para dar um passeio. Enquanto conduzia o veículo, distraiu-se trocando a música no rádio e, no momento em que passava um transeunte na pista, atropelou o pedestre, causando-lhes graves lesões. Sobre os fatos, é correto afirmar que:
- (A) o prazo prescricional para a vítima pleitear indenização de Rafael é de 5 anos, contados da data do dano.
 - (B) os juros moratórios começarão a fluir a partir do evento danoso em questão.
 - (C) a responsabilidade civil dos pais de Rafael é subsidiária, devendo ocorrer apenas quando o menor não tiver condições de arcar com o dano.
 - (D) a responsabilização dos pais de Rafael depende a demonstração de que tiveram culpa no fato danoso.
 - (E) caso o fato seja tido como crime, a decisão do juízo cível ficará totalmente vinculada ao juízo criminal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Marcelo Marcyntire**

52. Assinale a alternativa correta.
- (A) Com base no princípio da proibição da surpresa, o juiz não pode decidir, em nenhuma instância judicial, com base em um fundamento sobre o qual as partes não tiveram oportunidade de se manifestar, exceto em casos de matérias em que ele deve decidir de ofício.
 - (B) O juiz pode decidir em grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.
 - (C) No novo Código de Processo Civil, proporcionalidade e razoabilidade passaram a ser princípios expressos do direito processual civil, os quais devem ser resguardados e promovidos pelo juiz.
 - (D) De acordo com o princípio da não surpresa, em nenhum grau de jurisdição o juiz poderá decidir com base em fundamentos sobre os quais as partes não tenham tido a oportunidade de se manifestar, exceto as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.
 - (E) a possibilidade de convalidação de atos processuais eivados de vício é vedada pelo novo CPC, atendendo ao princípio da eficiência e da economia processual.
53. Assinale a alternativa correta.
- (A) A ausência de contestação na ação rescisória faz presumir que são verdadeiras as alegações da petição inicial, haja vista que, nesse caso, a regra da revelia supera o princípio da preservação da coisa julgada.
 - (B) Em observância ao princípio da economia processual, a fundamentação de decisão que não admite recurso pode limitar-se à mera indicação de precedente com força vinculante ou persuasiva reconhecida pelo CPC.
 - (C) O processo civil será instruído, ordenado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.
 - (D) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.
 - (E) O processo civil será instruído, ordenado e interpretado conforme os princípios, valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.

54. Quanto às tutelas no Direito Processual Civil, julgue os itens:

- (A) Ainda que as tutelas provisórias em geral comportem revogação e modificação, há uma estabilidade mínima, *rebus sic stantibus*, que impõe ao juízo, na hipótese de ulterior modificação de sua decisão original, a fundamentação da alteração de circunstâncias que o levou a modificar sua posição anterior.
- (B) A tutela de urgência de natureza cautelar não pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra a alienação de bem e qualquer outra medida idônea para a assecuração do direito.
- (C) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial não pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar, do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- (D) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida, ainda quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- (E) Os danos causados a partir da execução de tutela antecipada suscitam responsabilidade processual objetiva e devem ser integralmente reparados (Art. 944 do CC/02) após apurados em procedimento de liquidação levado a efeito nos próprios autos.

55. Assinale a alternativa correta.

- (A) As tutelas provisórias de urgência e de evidência podem ser requeridas pela via incidental ou antecedente.
- (B) A tutela de urgência poderá ser concedida liminarmente, contudo, após apresentada a justificação prévia pela parte adversa.
- (C) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o pagamento de custas fixadas conforme os regimentos internos dos tribunais.
- (D) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.
- (E) A tutela provisória não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo, em nenhuma hipótese.

56. Assinale a opção correta.

- (A) Na ação revisional de aluguel, a sentença não poderá estabelecer indexador para reajustamento do aluguel diferente daquele previsto no contrato revisando.
- (B) É competente para conhecer e julgar tal ação o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.
- (C) A ação renovatória de locação, preenchidos os requisitos legais, NÃO pode ser ajuizada pelo sócio sobrevivente, quando, dissolvida a sociedade comercial pela morte de um dos sócios, continuar no mesmo ramo.
- (D) Em regra, as ações de despejo se suspendem pela superveniência das férias forenses.
- (E) Por se tratar de espécies de tutela de urgência, todas as hipóteses de liminar previstas na lei de locações pressupõem a comprovação do risco de dano ao locador, sendo que, se tal requisito não restar demonstrado, deverá o juiz indeferir o pedido antecipatório.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO**Fernando Maciel**

57. Os princípios constitucionais que regem a Seguridade Social no Brasil estão previstos no artigo 194 da Constituição Federal de 1988. Assinale a alternativa que apresenta um princípio NÃO previsto explicitamente no referido artigo.
- (A) Universalidade da cobertura e do atendimento.
 - (B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - (C) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - (D) Proibição de criação de novos tributos para o financiamento da Seguridade Social.
 - (E) Diversidade da base de financiamento.
58. De acordo com a legislação previdenciária brasileira, os beneficiários da Previdência Social dividem-se em segurados e dependentes. Assinale a alternativa que apresenta uma informação INCORRETA sobre os beneficiários.
- (A) Os segurados obrigatórios incluem empregados, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais, segurados especiais e empregados domésticos.
 - (B) Os segurados facultativos são aqueles que, embora não exerçam atividade remunerada, optam por contribuir para a Previdência Social.
 - (C) A condição de dependente, na qualidade de cônjuge ou companheiro, não exige comprovação de dependência econômica.
 - (D) A existência de dependentes de uma classe exclui do direito ao benefício os dependentes das classes seguintes, conforme a ordem legal estabelecida.
 - (E) O enteado e o menor sob tutela são automaticamente considerados dependentes, dispensada a comprovação de dependência econômica.
59. A Lei n. 9.717/1998 dispõe sobre normas gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos (RPPS). Com base em seu conteúdo, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) A organização dos RPPS deve observar, entre outros princípios, o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (B) Os RPPS podem conceder benefícios distintos dos previstos no regime geral de previdência social (RGPS).
 - (C) Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social precisam ter formação superior.
 - (D) Os recursos dos RPPS devem ser aplicados de forma a assegurar a rentabilidade e a segurança, conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
 - (E) A ausência de repasse das contribuições previdenciárias, por parte do ente federativo, caracteriza apropriação indébita previdenciária, nos termos da legislação penal.
60. A Lei n. 12.618/2012 instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, conhecido como Funpresp. Com base nas disposições dessa lei, assinale a alternativa INCORRETA:
- (A) A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) é estruturada na forma de fundação, com personalidade jurídica de direito privado.
 - (B) A adesão ao regime de previdência complementar instituído pela Funpresp é obrigatória para os servidores federais titulares de cargo efetivo.
 - (C) O Conselho Deliberativo da Funpresp terá composição paritária e será integrado por 6 (seis) membros.
 - (D) A União, suas autarquias e fundações são responsáveis, na qualidade de patrocinadores, pelo aporte de contribuições e pelas transferências às entidades fechadas de previdência complementar das contribuições descontadas dos seus servidores.
 - (E) O regime de previdência complementar estabelece um teto remuneratório para o cálculo dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) equivalente ao limite máximo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Fidelis Almeida

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: itens [...] 12.3 Na **Prova de Redação**, o(a) candidato(a) deverá desenvolver um texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre assunto de interesse geral. 12.4 Na **Prova de Redação**, considerando-se que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação: 12.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 12.4.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 12.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 12.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 12.4.3.1 A Avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido. 12.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova de Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 12.6 Será atribuída nota **ZERO** à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do(a) candidato(a); e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 12.7 Na Prova de Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo(a) candidato(a) será considerado na correção da Prova de Redação pela Banca Examinadora. 12.8 Na Prova de Redação, deverão ser rigorosamente observados os **limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. [...]

I

A sensação de proximidade oferecida pela comunicação digital pode ser ilusória. Embora possamos trocar mensagens instantaneamente, isso não garante que essas interações sejam emocionalmente satisfatórias. Estudos mostram que as interações digitais podem carecer de aspectos essenciais da comunicação, como o tom de voz e a linguagem corporal, que são fundamentais para o entendimento e a empatia. Esses elementos ausentes podem contribuir para mal-entendidos e uma sensação de desconexão, mesmo quando estamos tecnicamente conectados.

A falta de profundidade nas interações digitais pode resultar em uma comunicação menos eficaz e em uma maior dificuldade para resolver conflitos e construir relacionamentos significativos. Isso reforça a ideia de que, apesar das vantagens tecnológicas, a comunicação face a face ainda é essencial para manter relações saudáveis e satisfatórias.

ENCENASAUDEMENTAL. **A solidão na era digital:** como a hiperconectividade pode isolar. Disponível em: <<https://encenasaudemental.com/comportamento/tecnologia/a-solidao-na-era-digital-como-a-hiperconectividade-pode-isolar>>. Acesso em: 12 jan. 2025. Adaptado.

II

A partir de 2004 as redes sociais passaram a ser reconhecidas e difundidas no Brasil, e este foi considerado o ano das redes sociais, pois nesse período foram criados o Orkut e o Facebook, porém, apesar de ter sido criado em 2004, dentro do campus da Universidade de Harvard, o Facebook somente chegou à grande massa de usuários no ano de 2006, e a partir de então a rede social é sinônimo de sucesso e crescimento, além disso, em 2006 o microblog twitter foi revelado, após isso o Instagram foi criado por Kevin Systrom e Mike Krieger e lançado em outubro de 2010. O serviço rapidamente ganhou popularidade, com mais de 100 milhões de usuários ativos em abril de 2012.

Com o aparecimento das redes sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp, as pessoas passaram a ficar hiperconectadas e com isso as tecnologias que foram criadas com o propósito de auxiliar na comunicação, encurtando distâncias, aproximando as pessoas no tempo e no espaço, também tem promovido o distanciamento de quem está perto. Desta forma, tem-se na dita pós-modernidade as relações virtuais que passaram a substituir interações face a face, e como consequência a população está ficando cada vez mais solitária. A relação em rede abre caminho para novas formas de interagir e novas possibilidades de relacionamento. Ao mesmo tempo em que nos aproximamos virtualmente, nos afastamos no cotidiano real.

ARANJO, Brianna Cavalcante. **Solidão e as redes sociais:** uma revisão de literatura. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42531/1/2018_tcc_bcaranjo.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025. (com adaptações)

Baseando-se nos textos, redija um texto dissertativo-argumentativo, entre 20 e 30 linhas, acerca do seguinte tema:

A solidão no mundo conectado: o isolamento emocional na era digital.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Analista Judiciário – Área Judiciária(Pós-Edital)

Folha de Respostas

Número do Caderno 000000000	Cargo ou Opção Analista Judiciário – Área Judiciária
---------------------------------------	--

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva